
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2019

INFORMAÇÕES GERAIS

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE

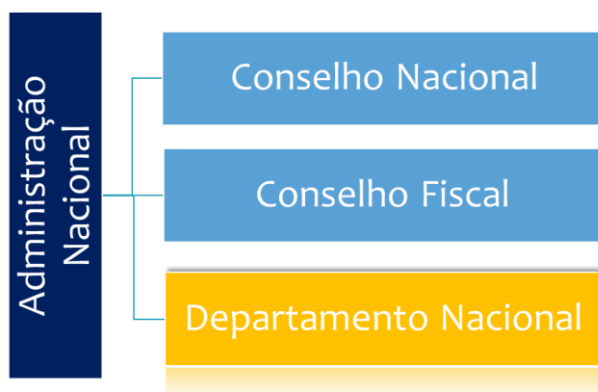
O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, por meio de uma ação educativa que partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de Contabilidade e Orçamento (Codeco) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o Codeco, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



O Departamento Nacional do Sesc é parte da Administração Nacional do Sesc, onde:

- Conselho Nacional atua como Órgão Deliberativo;
- Conselho Fiscal atua como Órgão de Fiscalização; e
- Departamento Nacional atua como Órgão Executivo.

Neste sentido o Departamento Nacional do Sesc tem como atribuição:

- Produzir e difundir diretrizes e estratégias nacionais;
- Gerar e compartilhar conhecimentos em educação profissional;
- Fortalecer a imagem institucional; e
- Prestar assistência técnica e financeira aos Regionais.

A matriz do Departamento Nacional do Sesc, é inscrita no CNPJ 33.469.164.0001-11, tem sede à Avenida Ayrton Senna, nº 5.555, Jacarepaguá, CEP 22775-004, Rio de Janeiro/RJ e mantém os polos de referências como filiais/unidades operacionais:

Polo	Endereço
Escola Sesc de Ensino Médio	Avenida Ayrton Senna, 5677, –Jacarepaguá, Rio de Janeiro – CEP 22.775-004
Centro Cultural Sesc Paraty	Rua Dona Geralda, 320 – Largo Santa Rita, Centro Histórico de Paraty – CEP 23.097-000
Estância Ecológica Sesc Pantanal	Endereços Diversos

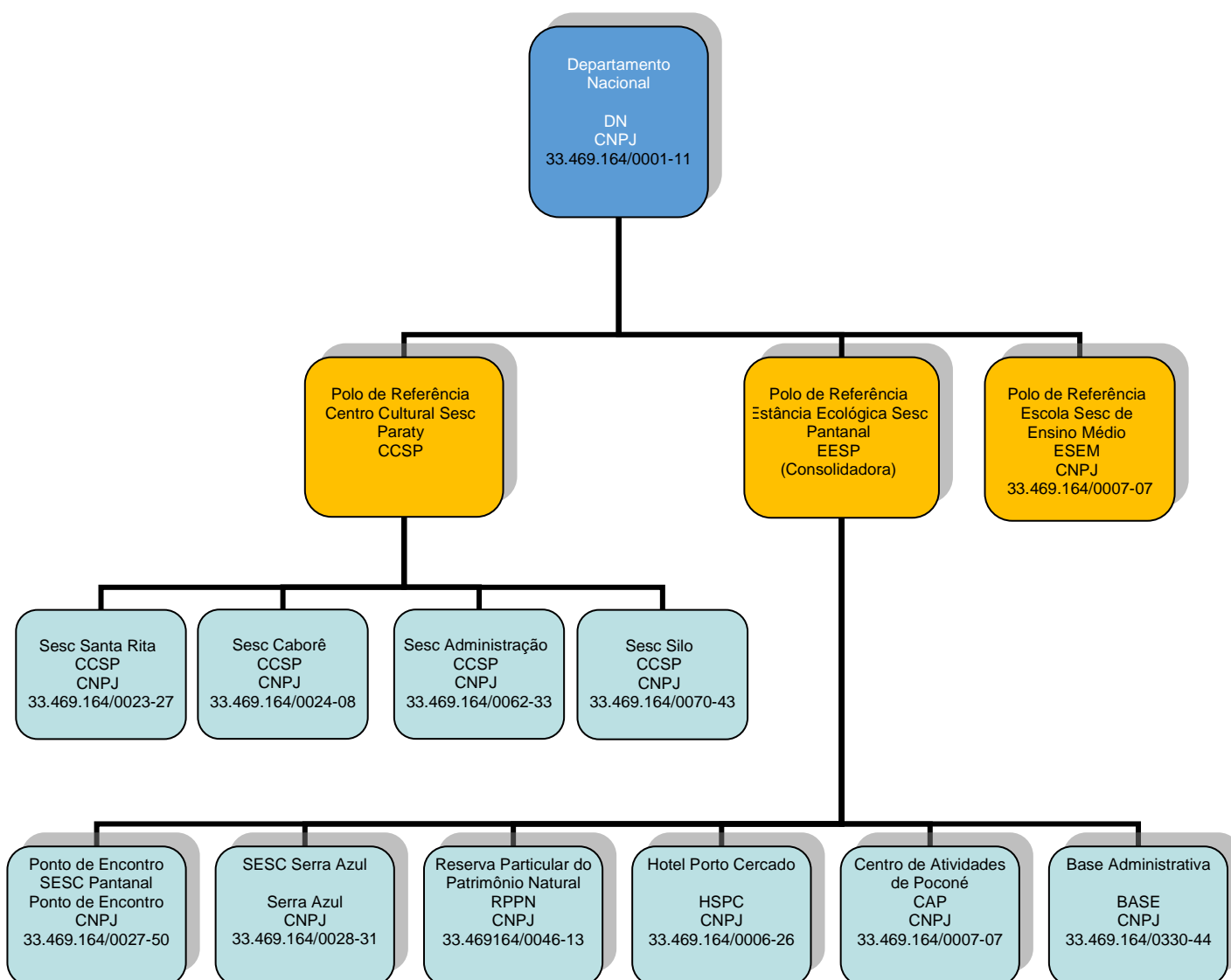
A empresa consolidadora Estância Ecológica Sesc Pantanal é composta por 6 unidades operacionais, conforme quadro abaixo:

Estância Ecológica Sesc Pantanal	Endereço
Base Administrativa Estância Ecológica Sesc Pantanal	Avenida Filinto Muller, 218 – Jardim Aeroporto, Várzea Grande – CEP 78.125-044
Centro de Atividades de Poconé – CAP	Rua Generoso Ponce, s/n – Centro, Poconé – CEP 78.175-000
Hotel Sesc Porto Cercado - HSPC	Rodovia Poconé Porto Cercado, Rodovia MT370, KM 43 – Poconé – CEP 78.175-000
Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN	Estrada MT 456, sentido Terra Indígena Pirigara
Sesc Serra Azul	Rodovia MT 241 Km 70 s/nº, Zona Rural, Rosário Oeste – CEP 78.470-000
Ponto de Encontro Sesc Pantanal	Avenida Presidente Arthur Bernardes – Várzea Grande Shopping, Lote 01/15 – Quadra 02, Lote 01/18 – Quadras 03 e 02A – Várzea Grande – CEP 78.125-000

O Centro Cultural Sesc Paraty é composto por 4 unidades operacionais, conforme quadro abaixo:

Centro Cultural Sesc Paraty	Endereço
Unidade Sesc Santa Rita	Rua Dona Geralda, 320 – Largo de Santa Rita – CEP 23.970-000
Unidade Sesc Caborê	Avenida Otavio Gama, 1709 – Caborê – CEP 23.970-000
Unidade Sesc Administração	Rua Marechal Santos Dias, 20 – Centro Histórico – CEP 23.970-000
Unidade Sesc Silo	Rua C, 30 – Vila D. Pedro I – CEP 23.970-000

Abaixo representação em forma de organograma:



CONTEXTO OPERACIONAL

Ao Departamento Nacional compete a elaboração de normas e diretrizes gerais de ação do Sesc, prestar assistência técnica sistemática às administrações regionais, realizar estudos, pesquisas e experiências por meio das unidades operacionais, para fundamentação técnica das atividades do Sesc, programar e executar os demais serviços de administração geral da Administração Nacional e sugerir medidas tendentes à racionalização do sistema administrativo da Entidade, dentre outras competências.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Nacional, incluindo os Polos de Referência e suas respectivas Unidades Operacionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Sesc (SGS). Esse sistema integrado de gestão da Microsoft, conhecido no mercado como Dynamics AX, caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, projetos, contas a pagar, contas a receber, tesouraria, compras, estoque, ativo fixo, patrimônio e contratos.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formato digital e serão encaminhados para Receita Federal do Brasil por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD) e serão posteriormente registradas em Cartório Digital, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Nacional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do Sesc.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os Orçamentos são aprovados pelo Ministério da Cidadania.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS E BASES DE MENSURAÇÃO

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações.

Os registros de ativos e passivos foram realizados com base no **custo histórico**, considerando que o Sesc utiliza seus ativos de forma natural na consecução de suas finalidades programáticas, sem indicação de perdas dos desempenhos econômicos.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.

b) ESTOQUES

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são

formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

d) DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

e) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

Grupo de Bens	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%

É importante destacar que os ativos considerados obsoletos e sucateados são baixados e doados e que o mercado dos ativos Sesc não demonstrou evidências observáveis de valorização ou desvalorização.

f) REAVALIAÇÃO

Objetivando a atualização dos registros contábeis e patrimoniais das edificações e terrenos pertencentes à Instituição, incluindo-se os Polos de Referência e em consonância ao disposto no artigo 9º da resolução nº 1.246/2012, foi realizado o trabalho de reavaliação de bens imóveis em 2018 por uma comissão independente de servidores do Departamento Nacional.

Observa-se que o DN efetuou reavaliação dos bens imóveis em 2018, conforme NBC T 16.10, porém em 2019, não houve indícios de variação significativa nos valores de mercado, desta forma, em consonância com as normas o procedimento não foi realizado novamente.

g) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

A empresa não efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais. Os bens móveis não apresentaram mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado durante o ano, sendo desnecessária a avaliação, mas tão somente os ajustes por meio de registros de depreciação. Invocando-se, ainda, numa questão de julgamento de valor, cuja relação custo-benefício não justificaria esta informação contábil para os bens móveis.

h) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;

i) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

j) EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram expurgados os valores das contas contábeis referente às transações intercompany e de inversão financeira.

Conta Contábil	Nome	Valor	Natureza
1.1.2.3.9.01.01	Cobert. Déficit Financeiro (Despesa Corrente)	1.351.075.578,71	Débito
3.9.9.1.1.01.01	O. VPDs - Baixa no Ativo Circulante	22.507,84	Débito
3.9.9.1.1.02.01	O. VPD's - Baixa no Ativo Não Circulante - Investimentos	9.569.421,12	Débito
2.1.2.2.9.01.01	Auxílio Financeiro	1.351.075.578,71	Crédito
4.9.9.1.1.01.01	O. VPAs - Baixa no Passivo Circulante	22.507,84	Crédito
4.9.9.1.1.04.01	O. VPA's - Incorporação no Ativo Não Circulante - Invest.	24.209,86	Crédito
4.9.9.1.1.04.02	O. VPA's - Incorporação no Ativo Não Circulante - Inv. Finan	9.545.211,26	Crédito

k) CONTINGÊNCIAS

Não há ativos e passivos contingentes registrados contabilmente em contas de Resultado, conforme previsto nos itens 35 e 39 da Norma Brasileira de Contabilidade, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (NBCT TSP 03). Por prudência, as contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os processos jurídicos em que o Sesc atua como réu ou autor não são obrigações presentes, não satisfazendo os critérios de reconhecimento de provisão e impossibilitando a execução orçamentária, que deve atender o regime da competência.

Posição	Probabilidade	Valor
Autor	Provável	-
Autor	Possível	433.371.065,12

Posição	Probabilidade	Valor
Réu	Provável	878.568,61
Réu	Possível	9.016.440,00

l) EVENTOS SUBSEQUENTES

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) RESULTADO NO PERÍODO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$ 1.198.144.123,70 no ano, apresentando a seguinte composição:

VPA	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação % Anual	Participação % Receita
Contribuições	1.117.603.039,59	1.053.115.010,01	6,12%	93,28%
Serviços	20.372.688,73	19.757.140,71	3,12%	1,70%
Financeiras	37.881.234,88	41.878.846,11	-9,55%	3,16%
Valorização e Ganhos de Ativos	5.000,00	261.861.915,30	-100,00%	0,00%
Outras	22.282.160,50	348.899.749,40	-93,61%	1,86%
Totais	1.198.144.123,70	1.725.512.661,53	-30,56%	100,00%

As Variações Patrimoniais Aumentativas Totais sofreram um decréscimo de 30,56% em relação ao exercício anterior, devido às Inversões Financeiras e Reavaliações registradas em 2018.

As Variações Patrimoniais Aumentativas de Contribuição tiveram um acréscimo de 6,12% em função de efeitos inflacionários.

As Variações Patrimoniais Aumentativas de Serviços tiveram acréscimo de 3,12% em relação ao exercício de 2018. O aumento não foi maior devido à mudança no registro contábil dos descontos efetuados em folha, sobre as refeições dos funcionários, que deixaram de entrar na Variação Patrimonial Aumentativa, passando a abater da Variação Patrimonial Diminutiva.

As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras sofreram um decréscimo de 9,55% em relação ao exercício anterior. Apesar do valor aplicado ao longo de 2019, ser maior do que de 2018, a taxa Selic foi reduzida de 6,5% a.a. para 4,5% ao longo do ano.

As Variações Patrimoniais Aumentativas de Valorização e Ganhos de Ativos sofreram um decréscimo de 100,00% em relação ao exercício anterior, devido ao registro das reavaliações nos imóveis em 2018.

As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas sofreram decréscimo de 93,61% em relação ao exercício anterior decorrente das inversões financeiras realizadas em 2018. Foram efetuadas transferências da conta de Construções em Curso (1.2.3.2.2.01.01), para a conta de Edificações (1.2.3.2.3.01.01) naquele ano, com valores significativos. Em 2019, as transações de transferências entre as contas 4.9.9.1.1 e as contas 3.9.9.1.1, que se anulam, foram expurgadas das Variações Patrimoniais.

A receita de contribuição corresponde a 93,28% da receita total acumulada no exercício de 2019 e as demais respondem por apenas 6,72%.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$1.101.591.606,71 no ano, apresentando a seguinte composição:

VPD	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação % Anual	Participação % Despesa
Pessoal e Encargos	175.734.584,82	186.235.684,47	-5,64%	15,95%
Uso de Bens e Serviços	229.289.016,61	226.085.494,69	1,42%	20,81%
Financeiras	408.539,88	279.615,87	46,11%	0,04%
Transferências	678.121.313,03	688.841.832,27	-1,56%	61,56%
Desvalorização e Perdas de Ativos	16.105.561,40	8.282.317,53	94,46%	1,46%
Outras VPD's	1.932.590,97	338.915.058,84	-99,43%	0,18%
Totais	1.101.591.606,71	1.448.640.003,67	-23,96%	100,00%

As Variações Patrimoniais Diminutivas Totais sofreram decréscimo de 23,96% em relação ao exercício de 2018, devido registro das Inversões Financeiras naquele ano.

As Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos sofreram decréscimo de 5,64% em relação ao exercício de 2018, devido aos valores pagos no Programa de Demissão Incentivada em 2018.

As Variações Patrimoniais Diminutivas de Uso de Bens e Serviços tiveram acréscimo de 1,42% em relação ao exercício de 2018. Esse percentual é menor do que os índices de inflação reconhecidos pelo mercado para o mesmo período.

As Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras tiveram acréscimo de 46,11%, em relação ao exercício de 2018, devido ao aumento das transações de recebimento sobre as hospedagens efetuadas por cartão de crédito e débito na Estância Ecológica Sesc Pantanal.

As Variações Patrimoniais Diminutivas de Desvalorização e Perdas de Ativos tiveram acréscimo de 94,46% em relação ao exercício de 2018, devido à transferência de valores significativos da conta de Construções em Curso (1.2.3.2.2.01.01), para a conta de Edificações (1.2.3.2.3.01.01) no final de 2018, passando a sofrer depreciação.

As Outras Variações Patrimoniais Diminutivas sofreram decréscimo de 99,43% em relação ao exercício anterior decorrente das inversões financeiras realizadas em 2018. Foram efetuadas transferências da conta de Construções em Curso (1.2.3.2.2.01.01), para a conta de Edificações (1.2.3.2.3.01.01) naquele ano, com valores significativos. Em 2019, as transações de transferências entre as contas 4.9.9.1.1 e as contas 3.9.9.1.1, que se anulam, foram expurgadas das Variações Patrimoniais.

Analisando o comportamento destas variações no exercício, podemos afirmar que o montante realizado representam 98,57% das Variações Patrimoniais Aumentativas de Arrecadação e 91,94% das Variações Patrimoniais Aumentativas Totais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 14,67% das Variações Patrimoniais Aumentativas Totais e 15,72% das Variações Patrimoniais Aumentativas de Arrecadação.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 29,89%, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	111.449.045,95
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	34.007.649,62
3.1.9.1	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	2.317.304,78

$$\frac{B}{A + C} = \frac{34.007.649,62}{113.766.350,73} = 29,89\%$$

RESULTADO

O resultado operacional do exercício é positivo no valor de R\$ 96.552.516,99 apresentando a seguinte composição:

Exercício	Atual 2019	Anterior 2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.198.144.123,70	1.725.512.661,53
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.101.591.606,71	1.448.640.003,67
Resultado Operacional	96.552.516,99	276.872.657,86

O Resultado Acumulado do Exercício apresentou um superávit da ordem de 8,06%, o que demonstra que do montante das Variações Patrimoniais Aumentativas do exercício, 91,94% foram consumidas com o montante das Variações Patrimoniais Diminutivas.

b) BALANÇO PATRIMONIAL

1.1.1.2.1 – DISPONIBILIDADES VINCULADAS

O saldo de R\$ 47.491.622,96 refere-se:

- i. R\$ 37.811.664,14 - referente montante do Fundo de Beneficência, destinado à complementação salarial de ex-servidores participantes.
Valor lançado em contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.7– FUNDO DE BENEFICÊNCIA DOS SERVIDORES, apresentando uma diferença correspondente ao valor de R\$ 40.000,00 de adiantamento feito pelo Sesc a ser reembolsado futuramente pelo Fundo, devido ao limite para resgate dos recursos;
- ii. R\$ 192.942,89 - referente ao montante de depósitos caução na EESP. Este valor encontra contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.4.9 – CAUÇÕES com diferença de R\$ 0,01 que será ajustado em janeiro de 2020;
- iii. R\$ 9.487.015,93 - referente ao montante das contribuições previdenciárias a cargo do empregador (art. 22, I e II, da Lei nº 8.212, de 1991), contribuição para o SAT/RAT (art. 22, II, da Lei nº 8.212, de 1991) e contribuição para o PIS e para o INCRA depositadas em conta vinculada, a fim de provisionamento decorrente da tutela provisória de urgência solicitada pelo Processo nº 1018398-31.2019.4.01.3400 ajuizada pelo Sesc em face da União e ao INCRA.

1.1.2.1.1 – ARRECADAÇÃO COMPULSÓRIA

O saldo de R\$ 111.151.276,25 compõe-se, conforme abaixo:

- i. R\$ 1.835.332,64, referente a desconto indevido efetuado em novembro de 1999 pelo INSS na arrecadação do SESC em favor do SEST/SENAT, pendente de solução por conta de mandato de segurança interposto pelo Sesc Administração Nacional ainda sem julgamento definitivo – Processo nº 1999.34.00.034116-7;
Este valor está correspondido em conta do passivo 2.1.2.1.2.03 no valor de R\$1.495.171,80, parte correspondente dos departamentos regionais;
- ii. R\$ 109.315.943,61 referente ao registro de apropriação da arrecadação dos meses de dezembro e 13º salário de 2019 a ser repassada pela Receita Federal do Brasil em janeiro de 2020.

1.1.2.3 – DÉBITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Esta conta representa a movimentação interveniente entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, e ainda o subsídio concedido aos Polos de Referência do Departamento Nacional, nos seguintes valores:

1.1.2.3.1 AA.RR. – C/ Movimento no valor de R\$ 1.525.994,57, representa saldo de despesas realizadas em um Departamento a conta de outrem;

1.1.2.3.2 AA.RR. – C/ Adiantamentos para Projetos Especiais no valor de R\$441.153,68 e 1.1.2.3.3 AA.RR. – C/ Adiantamentos para Investimentos no valor de R\$ 244.058,88, representa adiantamentos efetuados pelo Departamento Nacional por conta de projetos especiais e investimentos, pendentes de prestação de contas por parte dos Departamentos Regionais;

1.1.2.3.9 – Outros Débitos das AA.RR. no valor de R\$ 20.758.846,89, representa adiantamentos efetuados pelo Departamento Nacional por conta de projetos especiais e investimentos, pendentes de prestação de contas por parte dos Departamentos Regionais no valor de R\$ 10.604.137,73, e o total de subsídios concedidos pela Departamento Nacional aos seus Polos de Referência no valor de R\$ 10.154.709,16, este valor e referente ao fluxo de caixa do mês de janeiro de 2020.

2.1.2.3 – CRÉDITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Este grupo de contas representam as integralizações de fundos calculados sobre a Cota Financeira mensal até 2018, disponibilizada pelo Departamento Nacional para custeio de projetos, e investimentos nos Departamentos Regionais, cuja remessa

financeira da prestação de contas ocorrerá em janeiro de 2020, no valor de R\$ 83.725.841,98.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 97,97% do previsto no orçamento.

b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 93,70% do previsto no orçamento.

REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

As contas 5.1.1.1 – Remuneração de Pessoal e 5.1.1.2 – Encargos Patronais – apresentam variação no ano em R\$ 507.599,54 e R\$ 271.158,91, respectivamente acima do previsto em função do retificativo orçamentário ter considerado somente os meses de agosto a dezembro, não considerando o mês de julho. O cálculo também não contemplou o aumento de salário do acordo coletivo dos professores da Escola Sesc de Ensino Médio em julho, retroativo à fevereiro;

A conta 5.1.4.9 – Outras Despesas Financeiras, apresenta variação no ano em R\$ 24.239,88 acima do previsto em função do aumento de hospedagem na Estância Ecológica Sesc Pantanal recebidas por cartão de crédito e débito, ocasionando aumento da taxa administrativa sobre os valores recebidos da operadora, ao longo do ano;

A conta 5.1.5.3 – Contribuições Confederativa e Federativas apresenta variação no ano em R\$ 5.442.966,07 acima do previsto por motivo de oscilação positiva na arrecadação da cota financeira;

A conta 5.2.3.4 – Obras e Instalações apresenta variação no ano em R\$ 29.805.043,00 acima do previsto em decorrência de prestações de contas dos Investimentos autorizadas em exercícios anteriores e executadas em 2019, nos regionais subsidiados pelo Departamento Nacional.

c) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível aumentou em R\$ 15.626.469,15, representando uma variação positiva de 2,30% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Receita Orçamentária	1.176.613.763,78	
Despesa Orçamentária	<u>1.125.316.569,27</u>	<u>51.297.194,51</u>
Receita Extra-orçamentária	20.845.460,12	
Despesa Extra-orçamentária	<u>1.269.772,25</u>	<u>19.575.687,87</u>
Variações no Passivo	- 513.016.623,84	
Variações no Ativo	- 457.770.210,61	- 55.246.413,23
Total		<u>15.626.469,15</u>
Disponível em: 31/12/2018		679.102.109,57
Disponível em: 31/12/2019		<u>694.728.578,72</u>
Variação Positiva no Disponível		15.626.469,15

O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade aumentou em R\$ 96.552.516,99, em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário:		51.297.194,51
Mutações Patrimoniais	Positivas	41.763.114,93
Variações Extraorçamentária	Positivas	3.492.207,55
Superávit do Exercício		96.552.516,99

d) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM: 31/12/2019	SALDO EM: 31/12/2018
Disponibilidades Efetivas	647.236.955,76	603.228.076,91
Exigível Imediato	54.884.208,23	29.792.355,55
Superávit Financeiro	592.352.747,53	573.435.721,36

e) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

ÍNDICE DE DESPESAS CORRENTES:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Despesas Correntes no Mês}} = \frac{647.236.955,76}{109.729.225,17} = 5,90$$

Este indicador considera a despesa corrente do mês (dezembro/2019) e o total da disponibilidade efetiva para demonstrar por quantos meses as disponibilidades líquidas cobrem a manutenção das atividades. A interpretação acima demonstra que a Administração Nacional dispõe de cobertura para 5 meses e 27 dias;

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{647.236.955,76}{54.884.208,23} = 11,79$$

O índice de liquidez imediata é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curtíssimo prazo, considerando apenas caixas, bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A interpretação acima demonstra que para cada R\$1,00 de compromisso de curto prazo, a Administração Nacional dispõe de R\$ 11,79 para sua cobertura;

ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{854.089.403,88}{180.111.165,35} = 4,74$$

O índice de liquidez mediata é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curto

prazo, considerando direitos de curto prazo e desconsiderando valores antecipados e em apuração. Este índice financeiro demonstra que as contas de Despesas e Receitas Antecipadas e Valores em Apuração não causam grande impacto nos indicadores da Administração Nacional.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{856.169.347,82}{183.028.985,98} = 4,68$$

O índice de liquidez geral é um indicador financeiro que demonstra o quanto a empresa possui de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações de curto prazo, considerando apenas direitos de curto prazo. Este índice financeiro demonstra que, para cada real de dívida a curto prazo, a Administração Nacional conta com R\$ 4,68 em direitos de curto prazo para a sua cobertura.

5. CONFERÊNCIA DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL E DESPESAS DE CAPITAL

CONFERÊNCIA DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL (ATIVO) x REALIZAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL (DEO) + EXTRAORÇ				
	Conta	Descrição		R\$
a	1.2	Ativo Não Circulante (saldo inicial)	(-)	831.521.669,65
b	1.2	Ativo Não Circulante (saldo final)	(+)	857.201.304,26
c	3.6.1.1.1	Depreciação, Amortização e Exaustão	(+)	16.105.561,40
d		Variação Patrimonial (b+c-a)	=	41.785.196,01
e	5.2.1	Total de Investimentos (despesa de capital)	(-)	41.763.114,93
f	5.2.2	Total de Inversões Financeiras (despesa de capital)	(-)	-
g	4.9.9.1.1.04	O. VPA's - Incorporação no Ativo Não Circulante (extraorçamentária)	(-)	10.254.320,92
h	3.9.9.1.1.02	O. VPD's - Baixa no Ativo Não Circulante (extraorçamentária)	(+)	10.232.239,84
i	4.6.2.1.1.01.01	Valorização de Ativo (Reavaliação)	(-)	-
j		Despesa Capital e Movimentação Extraorçamentária (-e-f-g+h-i)	= -	41.785.196,01
Resultado (d-j) = 0				-

6. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DO SESC
DESPESAS DO PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2019

ITENS	EM R\$	%
(+) 6.1 - RECEITAS CORRENTES	1.176.608.763,78	
(-) 6.1.5.2 - SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (CORRENTE)	-	
(-) 6.1.5.2 - SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (CAPITAL)	-	
(=) RESULTADO A	1.176.608.763,78	100,00%
(+) DESPESAS CORRENTES PROGRAMA 06 ADMINISTRAÇÃO	695.126.876,37	
(-) 5.1.5 -	450.122.406,61	
(=) RESULTADO B	245.004.469,76	20,82%

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2019.

JOSE ROBERTO TADROS
PRESIDENTE
CPF: 001.844.462-87

CARLOS ARTEXES SIMÕES
DIRETOR GERAL
CPF: 698.476.907-82

LUIZA DE FARIA SARAIVA
DIRETORA DA DDI
CPF: 099.506.127-05

OTAVIO LEITE PEREIRA
GERENTE DA GEF EM EXERCÍCIO
CPF: 000.519.967-07

SUELLEN BOTELHO DOS SANTOS
CONTADOR EM EXERCÍCIO
CPF: 123.974.737-39
CRC-RJ: 109.132/O-5 RJ